

LEI Nº 5.537 - DE 21 DE NOVEMBRO DE 1968

MEC - INEP

PROGRAMA DE INTERVENÇÃO FEDERAL EM EDUCAÇÃO
Secretaria Nacional de Educação - "Paulo Roberto de Faria"
SÃO PAULO

Cria o Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação e Pesquisa (INDEP), e dá outras providências.
O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - É criado, com personalidade jurídica de natureza autárquica, vinculado ao Ministério da Educação e Cultura, o Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação e Pesquisa (INDEP), com sede e fôro na Capital da República.

Artigo 2º - O INDEP tem por finalidade captar recursos financeiros e canalizá-los para o financiamento de projetos de ensino e pesquisa, inclusive alimentação escolar e bolsas de estudo observadas as diretrizes do planejamento nacional da educação.

§ 1º - O regulamento do INDEP, a ser expedido por decreto do Poder Executivo, disciplinará o financiamento dos projetos e programas e o mecanismo de restituição dos recursos aplicados.

§ 2º - Será concedida preferência nos financiamentos, àqueles programas e projetos que melhor correspondam à necessidade de formação de recursos humanos para o desenvolvimento nacional.

Artigo 3º - Compete ao INDEP:

a) financiar programas de ensino superior, médio e primário, inclusive a prestação de assistência financeira aos Estados, Distrito Federal, Territórios, Municípios e estabelecimentos particulares;

b) financiar sistemas de bolsas de estudo, manutenção e estágio a alunos dos cursos superior e médio;

c) apreciar, preliminarmente, as propostas orçamentárias das universidades dos Governos dos Territórios e dos estabelecimentos de ensino médio e superior mantidos pela União, com vistas à compatibilidade dos seus programas e projetos.

§ 1º - A assistência financeira, a ser deliberada e concedida pelo INDEP, ficará sempre condicionada à aprovação de programas e projetos específicos, e será reembolsável ou não, e far-se-á mediante convênio, consoante estabelecer a regulamentação.

§ 2º - Os estabelecimentos particulares de ensino que receberem do Poder Público Federal subvenção ou auxílio de qualquer natureza, ficam obrigados a reservar matrículas para bolsas de estudo, manutenção e estágio, que forem concedidas pelo INDEP e compensadas na conta da subvenção ou auxílio.

§ 3º - A assistência financeira aos Estados, Distrito Federal e Municípios, para o Desenvolvimento dos seus sistemas de ensino primário e médio, ficará condicionada à comprovação do emprego de recursos destinados à educação, oriundos da receita orçamentária própria, acompanhada dos respectivos planos e dos relatórios físicos e contábeis da aplicação.

§ 4º - A assistência financeira da União aos programas e projetos municipais de ensino primário fica condicionada à verificação de que os mesmos se encontram compatibilizados com o plano estadual de educação.

Artigo 4º - Para fazer face aos encargos de que trata o art. 3º, o INDEP disporá de:

- a) recursos orçamentários que lhe forem consignados;
- b) recursos provenientes de incentivos fiscais;
- c) vinte por cento (20%) do Fundo Especial da Loteria Federal;
- d) recursos provenientes do salário-educação a que se refere a Lei número 4.440, de 27 de outubro de 1964, com as modificações introduzidas pelo artigo 35 da Lei número 4.863, de 29 de novembro de 1965;
- e) recursos decorrentes de restituições relativas às execuções de programas e projetos financeiros sob a condição de reembolso;
- f) receitas patrimoniais;
- g) doações e legados;
- h) juros bancários de suas contas;
- i) recursos de outras fontes.

§ 1º - Os recursos a que se refere a letra "d" deste artigo, bem como os saldos eventuais de exercícios anteriores e as dotações orçamentárias, para a expansão, manutenção e aperfeiçoamento das redes nacionais de ensino, para o programa de escolas de fronteiras, para os convênios diretos com as Prefeituras Municipais e para a administração da Secretaria Executiva do Plano Nacional de Educação, passam a ser integralmente administrados pelo INDEP e à sua conta serão transferidos no seu total.

§ 2º - O INDEP compreenderá quatro subcontas distintas, além de sua conta de custeio aludida no art. 6º, para o desenvolvimento de ensino superior, primário e complementação de qualquer nível de ensino, creditando-se em cada uma delas a receita que lhe for específica.

§ 3º - O INDEP poderá adotar as medidas e realizar as operações que fizerem indicadas para o financiamento dos programas e projetos e a oportuna liberação dos recursos correspondentes.

Artigo 5º - O patrimônio do INDEP será constituído dos bens e valores que lhe forem transferidos pela União, destinados à instalação e manutenção dos seus serviços.

Artigo 6º - Para a manutenção de seus serviços o INDEP contará, exclusivamente, com dotações orçamentárias da União, escrituradas em conta especial, dependendo o orçamento de suas despesas de prévia aprovação do Presidente do Conselho Deliberativo.

Artigo 7º - O INDEP será administrado por um Conselho Deliberativo, constituído de onze (11) membros, incluindo em sua composição representantes da Fazenda, do Planejamento e Coordenação Geral, do Magistério dos Estudantes e do Empresariado nacional, sendo os seis membros restantes do Ministério da Educação e Cultura.

§ 1º - Presidirá o Conselho do INDEP o Ministro da Educação e Cultura ou seu representante.

§ 2º - Os membros do Conselho Deliberativo farão jus à diária de comparecimento a ser fixada no regulamento.

Artigo 8º - O INDEP será representado, em juízo ou fora dele, pelo seu Presidente ou representante por este credenciado.

Artigo 9º - O INDEP terá uma Secretaria Executiva que funcionará como órgão de assessoramento do Conselho e executará as decisões do órgão colegiado.

§ 1º - A Secretaria Executiva terá estrutura flexível e contará com um corpo técnico e administrativo, organizado sob forma de equipe técnica de trabalho.

§ 2º - A administração do INDEP poderá requisitar pessoal dos órgãos da Administração Direta e Indireta para servir na Secretaria Executiva e, ainda, excepcionalmente, contratar especialistas sujeitos à legislação do trabalho.

Artigo 10º - A Inspetoria-Geral de Finanças do Ministério da Educação e Cultura colaborará na supervisão financeira.

Artigo 11º - Em consonância com o disposto no art. 168, § 3º, inciso III, da Constituição, o Ministério da Educação e Cultura estabelecerá sistema através do qual, em relação às novas matrículas nos estabelecimentos federais de ensino, seja cobrada anuidade daqueles alunos de alta renda familiar, financiando-se bolsas de estudo, de manutenção e de estágio, reembolsáveis a longo prazo, aos alunos de curso superior de menores ou insuficientes recursos.

Parágrafo Único - O regulamento fixará, em função do maior salário-mínimo vigente no País os critérios para determinação das categorias de renda familiar, levando em consideração o número de dependentes de família.

Artigo 12º - O INDEP poderá designar agentes financeiros nas diversas regiões do País para execução das operações que forem consideradas suscetíveis de descentralização.

Artigo 13º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial até o limite de dois milhões de cruzeiros novos (NCR\$2.000.000,00) ao Ministério da Educação e Cultura, para atender, no exercício de 1968, às despesas de instalação e manutenção do INDEP observado o disposto no item III do § 1º do artigo 43 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Artigo 14º - A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de novembro de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA
Luis Antônio da Gama e Silva
Antônio Delfim Neto
Tarso Dutra
Marcus Vinicius Pratiní de Moraes
Afonso A. Lima

...000...

"O P E R A Ç Ã O - E S C O L A"

PROJETO ESPECIAL PRIORITÁRIO DO PROGRAMA ESTRATÉGICO

Objetivos Gerais e Justificativa

A Constituição Federal determina a obrigatoriedade escolar de 7 a 14 anos (art.168) e a Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional reafirma o dispositivo constitucional e dá aos Estados através de suas Secretarias de Educação, a obrigação dêste atendimento (arts. 27 e 28).

O atraso na educação básica do povo precisa ser recuperado, exigindo planejamento adequado e firme atitude, a fim de transpor para termos de realidade social concreta uma determinação constitucional tida como utópica.

A obrigatoriedade escolar é indispensável para o êxito do regime democrático, pois êle só será assegurado com uma população instruída.

Por outro lado, não é senão através de uma sistema capaz de assegurar efetivamente a todos, igualdade de oportunidades educacionais, que se formam, em número e qualidade, os recursos humanos de que a sociedade moderna precisa para atender às múltiplas tarefas impostas pelo desenvolvimento econômico e social.

Há muito que o País espera que o Poder Público assuma a responsabilidade de modificar o panorama educacional, demonstrando que está disposto a enfrentar o problema corajosamente, em todos os seus aspectos. A "Operação-Escola" será a oportunidade de provar que o poder público tem capacidade para resolver uma questão que desafia gerações.

Há, ainda, a considerar o impacto psicossocial que esta medida trará pois a idéia já firmada de incapacidade para solucionar êsse angustiante problema será substituída pela expectativa de que, dentro de pouco tempo o problema poderá ser resolvido em todo território nacional, a exemplo de que já terá sido conseguido nas Capitais e outros grandes centros urbanos.

Determinados fatores, como a extensão territorial do País, a população rarefeita em nossa zona rural, a baixa renda "per capita", entre outros impossibilitam uma ação imediata, de âmbito nacional. Estudos foram realizados com base na renda "per capita"; nas dotações para educação, especialmente para o ensino primário - previstas nos orçamentos estaduais e municipais; nos dados disponíveis fornecidos pelo Censo Escolar do Brasil (1964) e pelo Anuário Brasileiro de Estatística (1966), a fim de selecionar as áreas a serem trabalhadas intensamente.

De acôrdo. com êsses estudos, as Capitais e as Cidades de maior desenvolvimento são as áreas consideradas viáveis para o desenvolvimento da "Operação-Escola", no período de 1968 a 1970.

O Governo Federal nesse período dará ênfase especial ao cumprimento da obrigatoriedade escolar através da "Operação-Escola", que é, sem dúvida, na área do ensino primário, o mais importante projeto prioritário do Programa Estratégico para o Desenvolvimento.

Órgãos Envolvidos no Programa

Além das Secretarias de Educação Estaduais, a quem cabe rá a execução do programa, o Governo Federal, através do Ministério da Educação e Cultura, terá ação supletiva, transferindo recursos da União para os Estados e Municípios das Capitais, para a implementação da "Operação-Escola".

Área Geográfica de Influência

O Programa será de âmbito nacional, embora a sua execução, neste triênio, restrinja-se às Capitais dos Estados e Cidades de maior desenvolvimento.

Descrição do Programa e Fases de Execução

No ano de 1968 - considerado a fase de preparação - as Secretarias de Educação Estaduais tomarão medidas de caráter legal, técnico e administrativo, envolvendo planejamentos e aspecto técnico-pedagógicos, necessárias à impletamentação do Programa que será executado a partir do início de 1969, nas áreas já indicadas. Em 1969 atacar-se-á o problema nas Capitais e definir-se-ão as cidades a atingir em 1970.

O Plano para o cumprimento da obrigatoriedade escolar terá etapas de trabalho que constituem, na essência a sua estratégia.

É necessário que se efetuem os levantamentos estatísticos indicados, capazes de dar apoio e direção a qualquer política nacional de atendimento escolar no ensino básico:

- a) levantamento da população escolarizável de 7 a 14 anos;
- b) verificação da população escolarizada e "deficit" escolar existente na área;
- c) levantamento da demanda de matrícula, para o necessário atendimento à população escolarizável.

A seguir serão quantificadas as necessidade educacionais, relativamente a espaços e instalações, professores, despesas de investimento e custeio.

Após essa quantificação, medidas a curto, médio e longo prazos serão tomadas, a fim de permitir a execução da "Operação-Escola" a partir do início de 1969.

Características do Programa

Estabelecendo-se a "Operação-Escola" estará caracterizada o esforço para cumprir, inicialmente determinações da Constituição Federal e da LDB, nas Capitais dos Estados e Cidades de maior desenvolvimento socio-econômico, e que trará reflexos altamente positivos para o desenvolvimento da educação brasileira.

Estrutura de Recursos

As despesas com a execução do Programa correrão parcialmente à conta das dotações orçamentárias dos Estados e Municípios de Capitais e serão parcialmente executadas através da transferência dos recursos financeiros que a União fará aos Estados e Municípios envolvidos no Programa. Apesar dos recursos necessários não estarem quantificados, a proposta orçamentária para 1969 consignará dotações da ordem de 20 milhões de cruzeiros novos, para a implementação do projeto.

Desenvolvimento do Programa

É indispensável que a "Operação-Escola" seja acompanhada e avaliada, e que seja prestada assistência técnica aos Estados.

O Setor de Educação e Mão-de-Obra do IPEA elaborou documentos auxiliares, visando colaborar nessa assistência e um cronograma das atividades previstas para a fase de preparação (1968) e para o primeiro ano de execução (1969) da "Operação-Escola".

1968

Meses - Atividade

JULHO

Reunião com os Srs. Secretários de Educação e Representantes dos Conselhos Estaduais de Educação, para apresentação do programa prioritário "Operação-Escola".

Distribuição dos documentos básicos e orientação para os levantamentos indispensáveis:

- a) população escolarizável;
- b) população escolarizada;
- c) população fora da escola e não atendida anteriormente;
- d) capacidade da rede de ensino público;
- e) corpo docente.

SETEMBRO

Medidas imediatas

- a) uso intensivo do espaço escolar;
- d) procura de Classes em Cooperação para serem utilizadas a partir de 1969;

- c) construção de salas em ampliação aos prédios já existentes localizados nas áreas de maior procura de matrícula;
- d) elaboração do plano de construções escolares, com base nos dados disponíveis nos locais em que, depois de todas as providências, ainda persista o problema de excedentes;
- e) levantamento das professoras fora de regência de turma e sua recondução;
- f) aproveitamento das professorandas da última série normal (onde houver deficit).

NOVEMBRO

Planejamento de matrícula:

- a) capacidade máxima de cada escola;
- b) matrícula confirmada
- c) vagas para matrícula nova;
- d) estimativa do número de alunos novos com base no Censo Escolar e na taxa de crescimento vegetativo;
- e) deficit de vagas; e
- f) providências.

Antecipação das matrículas:

Na primeira quinzena de novembro, confirmação da matrícula, através de memorando. Nos 5 dias úteis subsequentes, matrícula nova e renovada.

Contrôle diário e orientação para encaminhamento dos excedentes às escolas que ainda possuam vagas ou para as Classes em Cooperação instaladas.

Providências legais e administrativas para o aproveitamento dos alunos da última série normal, em regência de turma, a partir de março de 1969.

1969

Meses - Atividades

JANEIRO

Decreto e regulamentos tornando o ensino primário compulsório nas Capitais dos Estados.

FEVEREIRO

Reabertura da matrícula nas escolas onde houver vagas.

Planejamento de novas construções escolares ou ampliação das já existentes em locais absolutamente indispensáveis.

ABRIL

Realização do Censo Escolar, pela Secretaria de Educação

MAIO:

Processamento e Análise do Censo.

JUNHO - JULHO - AGOSTO:

Criação e treinamento do Grupo que fiscalizará a obrigatoriedade escolar e controlará a deserção, em aos domicílios indicados pelo Censo, onde existam crianças que, embora dentro da faixa de obrigatoriedade escolar está fora da escola, a fim de encaminhá-las ou, se fôr o caso dar-lhes atestados de isenção provisório ou permanente.

NOVEMBRO:

Expedição do Edital de Chamada da População escolar para matrícula na escola primária, pela Secretaria de Educação, fazendo referência à constituição, LDB (art.27), Decreto Estadual (tornando compulsório o ensino primário nas Capitais dos Estados) às sanções legais, cabíveis, inclusive as do art. 246 do Código Penal Brasileiro, às isenções previstas na LDB e ao ano civil de nascimento dos alunos candidatos à matrícula nova no 1º ano escolar (à semelhança da convocação para o serviço militar), Matrícula nova e planejamento de matrícula para 1970.

...000...

MEC - INEP

INTERIO

Carta Regional

SÃO PAULO

ANEXO III

DECRETO Nº 63 258 DE 19 DE SETEMBRO DE 1968

Diário Oficial de 20/9/1968

O Presidente da República,
com fundamento no Artigo 83, item
II combinado com o Artigo 168, § 3º
item II da Constituição, e na Lei
nº 4 024, de 20 de dezembro de 1961;

Considerando que, na conformidade do Artigo 15 do Decreto-Lei 200, de 25 de fevereiro de 1967, a atividade administrativa do Poder Executivo deverá obedecer a programas;

Considerando que o Programa Estratégico para o Desenvolvimento contempla entre seus projetos prioritários, no setor da Educação, a denominada Operação-Escola.

D E C R E T A:

Artigo 1º - Fica aprovado o projeto especial prioritário, anexo ao presente decreto, denominado Operação-Escola, objetivando a tornar efetiva, por etapas, a obrigatoriedade escolar dos sete aos 14 anos de idade.

Artigo 2º - A execução do projeto compete às Secretarias de Educação dos Estados e do Distrito Federal e às Divisões de Educação dos Territórios, cabendo ao Governo Federal, através do Ministério da Educação e Cultura, o exercício da ação supletiva, bem como a assistência técnica e financeira, mediante a transferência de recursos orçamentários específicos.

Artigo 3º - O Ministério da Educação e Cultura e o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral promoverão no prazo de 90 dias, através de Grupo de Trabalho especial, em conjunto com as Secretarias de Educação dos Estados e do Distrito Federal e com as Divisões de Educação dos Territórios, as medidas preliminares, de natureza institucional, técnica e administrativa, destinadas a desencadear a Operação-Escola, a partir de 1969, nas áreas que vierem a ser estabelecidas, visando à matrícula e à frequência obrigatória de todas as crianças residentes, que estejam compreendidas na faixa etária dos sete aos 14 anos.

Parágrafo único - O Grupo de Trabalho interministerial terá por principais atribuições:

a) Assistir tècnicamente aos Estados na realizaçãodos estudos básicos para melhor conhecimento das reais dimensões do problema do deficit escolar ao nível do ensino primário.

b) Adotar, em articulação com a Secretaria-Executiva do Plano Nacional de Educação, as medidas necessárias para a mobilização de recursos federais, exigidos para atendimento das necessidades educacionais, relativas a espaços, instalações, professores, despesas de investimento e custeio, decorrentes da execução dêsse programa prioritário.

c) Promover, juntamente com a Campanha Nacional de Merenda Escolar (CNME), Comissão do Livro Técnico e Didático (COLTED) e a Fundação Nacional de Material de Ensino (FENAME), a intensificação de seus programas específicos nas áreas onde será desenvolvida a Operação-Escola.

d) Montar o sistema de acompanhamento e avaliação da Operação-Escola.

e) Articular-se com o INEP visando à execução da reforma do ensino primário, da qual depende, em grande parte, o êxito da Operação-Escola.

f) Articular-se com a Diretoria do Ensino dos Territórios visando à execução da Operação-Escola nas Capitais dos Territórios.

Artigo 4º - A liberação, pelo Ministério da Fazenda, dos recursos necessários à execução da Operação-Escola a partir do primeiro trimestre de 1969, far-se-á à vista de informação do Ministério da Educação e Cultura sôbre a efetiva adoção pela Secretaria de Educação, interessada, das medidas preparatórias indicadas, tais como: levantamentos estatísticos da população escolarizável e escolarizada, comprovação do deficit escolar e quantificação das necessidades educacionais relativas a espaço, equipamento, pessoal, investimento e custeio.

Artigo 5º - A partir do primeiro trimestre de 1970, a liberação de quaisquer recursos da União para os Estados, destinados à Educação, fica condicionada à informação do Ministério da Educação e Cultura sôbre o efetivo cumprimento, pela Secretaria de Educação interessada, da obrigatoriedade escolar.

Artigo 6º - Para os fins previstos nos Artigos 4º e 5º a Secretaria-Geral do Ministério da Educação e Cultura manterá contrôle periódico da observância das medidas preparatórias, bem como do cumprimento efetivo da obrigatoriedade escolar.

Artigo 7º - O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ANEXO IV

- 1 -

OPERAÇÃO - ESCOLA

Contribuição do Grupo de
Trabalho Especial (Por-
taria 199 de 24 de setem-
bro de 1968)

Rio de Janeiro, novembro 1968

MEC - INEP

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
Centro Regional de Educação de Jovens e Adultos
SÃO PAULO

CUMPRIMENTO DA OBRIGATORIEDADE ESCOLAR NAS CAPITALS DOS ESTADOS
E CIDADES DE MAIOR DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

I - INTRODUÇÃO

A Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional determinam a obrigatoriedade escolar de 7 a 14 anos e esta transfere aos Estados, através de suas Secretarias de Educação, a tarefa de cumprir o dispositivo legal.

É pois, indispensável e urgente que através, de planejamento adequado e de corajosa determinação se tornem realidade concreta os dispositivos legais.

O planejamento educacional deve ter suas bases assentadas na pesquisa das necessidades atuais e na estimativa das necessidades futuras e não deve sofrer solução de continuidades, mesmo que mudem seus executores.

O ensino primário brasileiro é deficiente em termos de quantidades, é seletivo e mal-orientado, não aplicando convenientemente os recursos que lhe são destinados. Considerando a relação existente entre os padrões educacionais alcançados por uma nação e o seu desenvolvimento econômico e social, verifica-se que medidas de caráter urgente e inadiável têm de ser tomadas no sentido de elevar o nível do nosso ensino primário e de proporcionar iguais oportunidades a todos, através do cumprimento da obrigatoriedade escolar.

O Governo Federal, no período correspondente a 1968-1970, dará ênfase especial ao cumprimento da obrigatoriedade escolar, através do Projeto Especial Prioritário - "Operação-Escola", a ser deflagrado nas Capitais dos Estados e cidades de maior desenvolvimento socioeconômico.

A União, através do MEC, terá ação supletiva nesse Plano e condicionará, a partir do início de 1970, a transferência dos recursos educacionais para os Estados, ao cumprimento da obrigatoriedade escolar em suas Capitais e cidades de maior desenvolvimento.

Neste documento auxiliar à "Operação-Escola" - Projeto Especial Prioritário do Programa Estratégico de Desenvolvimento - estão alinhadas as diversas etapas de trabalho, que deverão ser observadas para que se atinjam os objetivos da "Operação-Escola" e se cumpram

os dispositivos legais já referidos, e incluídos os anexos relativos ao dimensionamento do problema, ao uso intensivo do espaço escolar e à reforma do ensino primário.

2 - SELEÇÃO DAS ÁREAS

O cumprimento da obrigatoriedade escolar na faixa etária de 7 a 14 anos, em todo o território nacional, constitui aspiração do povo e dever das autoridades, uma vez que é preceito constitucional e tendo em vista que o papel da educação é tão ou mais ponderável na riqueza de uma nação quanto a acumulação de capital material.

Entretanto, determinados fatores, como a imensa extensão territorial do País, a população rarefeita em nossa zona rural e a baixa renda "per capita", entre outros, impossibilitam uma ação imediata, de âmbito nacional.

Estudos foram realizados com base na renda "per capita", nas dotações para educação, especialmente para o ensino primário, previstas nos orçamentos estaduais e municipais; nos dados disponíveis fornecidos pelo Censo Escolar do Brasil, realizado em 1964 e pelo Anuário Brasileiro de Estatística, de 1966, a fim de selecionar as áreas a serem trabalhadas intensivamente.

De acordo com os estudos feitos, as Capitais e as cidades de maior desenvolvimento são as áreas em que, no período de 1968 a 1970, o problema de escolarização de 7 a 14 anos, em nível primário deverá ser desassombadamente encarado e devidamente solucionado.

No ano de 1968, as Secretarias de Educação Estaduais deverão tomar medidas de caráter legal, técnico e administrativo, necessárias à implementação do Plano, que deverá ser executado a partir do início de 1969, nas áreas já indicadas.

Em 1970, a obrigatoriedade escolar deverá ser estendida às áreas de maior desenvolvimento sócio-político-econômico, fora das Municípios das Capitais (o estudo das cidades que figurarão no projeto deverá realizar-se no início do ano de 1969).

Assim, na "Operação-Escola", que deverá ser executada no triênio 1968-70, haverá uma fase de preparação - 1968 - e uma fase de ação - 1969-1970.

3 - ESTRATÉGIA PARA ATENDIMENTO DA OBRIGATORIEDADE ESCOLAR

3.1 - Dados Básicos

O plano para o cumprimento da obrigatoriedade escolar deve ter etapas de trabalho, algumas paralelas, mas todas interdependentes, que constituem na essência, a sua estratégia.

Para que o planejamento seja baseado em dados reais é necessário que se efetuem os levantamentos estatísticos indicados, capazes de dar apoio e direção a uma política educacional:

- a) estimativa da população escolarizável de 7 a 14 anos;
- b) verificação da população escolarizada (na escola primária, já atendida anteriormente e que está no ensino médio ou a que não continuou os estudos, após a conclusão do curso primário);
- c) levantamento do "deficit" escolar existente.

Os dados levantados indicarão as medidas que se fazem necessárias para a deflagração da "Operação-Escola".

3.2 - Quantificação das Necessidades Educacionais

3.2.1. - Necessidades de Espaço

O atendimento de toda a população em idade escolar requer a expansão da rede de ensino atual, exigindo novas construções. Deve-se, no entanto, antes de programá-las, desenvolver uma política estratégica de plena utilização da rede escolar já existente.

As medidas abaixo são as indicadas para estabelecer um plano de ação:

- a) estudar detalhada e criteriosamente as instalações já existentes na rede pública de estabelecimentos de ensino primário, visando a um melhor aproveitamento das instalações, transformando, se necessário, áreas ocupadas com outras atividades em novas salas-de-aula e reparando as que se encontram em más condições;
- b) estudar a composição das turmas, redistribuindo melhor os alunos, evidentemente sem ultrapassar os limites tecnicamente indicados para um bom trabalho pedagógico;
- c) levantamento do número de salas disponíveis da rede de escolas públicas primárias e do número de salas necessárias para o atendimento da população em idade escolar,

3.2.2 - Necessidade de Professores

A constituição de novas turmas implicará na necessidade de maior número de professores.

Para fixar esse número é necessário:

- a) levantar o número de turmas já constituídas e o número a ser formado para atender à população escolarizável;
- b) verificar o número de professores em efetiva regência de turma;
- c) levantar o número de professores que estão exercendo funções administrativas, quer na Secretaria de Educação, quer em outros órgãos do Governo;
- d) estudar a possibilidade de utilizar as alunas da 3ª série normal das escolas dos Estados para suprir os "deficits" eventualmente existentes:

3.2.3 - Necessidade de Investimentos e Custeio

Quantificadas as necessidades de construção e equipamento de novas salas de aula tornar-se-á possível calcular os investimentos indispensáveis à implementação da "Operação-Escola".

Estudadas as exigências de admissão de novos professores e de pessoal administrativo, para preencher as necessidades derivadas da expansão do atendimento escolar, poder-se-á prever quais os recursos correspondentes às despesas com pessoal.

Identificadas as metas de novas matrículas, igualmente, será possível estimar as despesas adicionais com material de consumo.

Essas despesas deverão realizar-se com recursos dos Municípios envolvidos na "Operação-Escola", dos Estados respectivos, utilizando-se, ainda, as verbas transferidas da União para as demais esferas do poder público.

3.2.4 - Dimensionamento do Problema e Quantificação da Expansão

Para tomar as medidas indispensáveis, a fim de atender toda a população na faixa da obrigatoriedade escolar, é necessário dimensionar e planejar o esforço suplementar a ser desenvolvido para absorver a matrícula adicional, além da comumente esperada, resultante a evolução natural do sistema (Anexo I).

- Anexo I "Dimensionamento do problema e quantificação da expansão"
- Documento do Setor de Educação e Mão-de-Obra do IPEA.

3.3 - Medidas Sugeridas

Quantificadas as necessidades educacionais, algumas medidas a curto, médio e longo prazos poderão ser sugeridas, a fim de permitir a execução desse Plano.

3.3.1-- Salas de Aula

Relativamente a salas de aula, alguns artifícios poderão ser indicados:

a) criação de "Classes em Cooperação", mediante convênio entre a Secretaria de Educação e entidades religiosas, sociais, esportivas, militares, através do qual a Secretaria receberia as instalações cedidas e responsabilizar-se-ia pela manutenção e funcionamento das novas unidades escolares, atendendo às necessidades de conservação, equipamento, corpo docente, alimentação, material didático e escolar;

7 b) elaboração de um plano de emergência, em áreas de grande procura de matrícula, para construção de salas em ampliação a prédios já existentes;

c) elaboração de um plano de construções escolares, obedecendo ao critério de maior número de escolas de 5 salas - localizadas nas zonas de grande densidade de população, a fim de facilitar o atendimento do educando o mais próximo possível de sua residência em vez de optar pela construção de umas poucas escolas grandes.

Esse plano de construção deverá prever:

- escolas pré-fabricadas para atender de imediato, as áreas de grande expansão de matrícula;

- de alvenaria, para construção em prazos médios de 180 dias;

d) instituição de sistemas de alternância do uso das salas de aula para obter maior atendimento escolar.

Esses sistemas podem estabelecer-se, através de alternâncias adequadas durante o dia escolar, a semana escolar ou o ano letivo.

Relativamente ao sistema de alternância da semana escolar sugere-se a instituição do rodízio da folga semanal, que consiste em transformar o espaço escolar perdido da folga semanal em tempo útil para o ensino, criando uma classe nova para cada cinco classes existentes.

O quadro abaixo mostra um exemplo para a escola de 5 salas:

SALAS	2ª FEIRA	3ª FEIRA	4ª FEIRA	5ª FEIRA	6ª FEIRA	SÁBADO
1	A	Classe nova	A	A	A	A
2	B	B	Classe nova	B	B	B
3	C	C	C	Classe nova	C	C
4	D	D	D	D	Classe nova	D
5	E	E	E	E	E	Classe nova

Algumas possibilidades de uso mais racional do espaço escolar estão alinhados em anexo (Anexo II).

3.3.2 - Professôres

Para atender à necessidade de ampliação do corpo docente, decorrente do aumento do número de turmas, algumas medidas podem ser sugeridas:

a) requisitar, reconduzindo-os à regência de turma, os professôres que estão exercendo funções administrativas na Secretaria de Educação ou em outros órgãos do Governo;

b) aproveitamento das professorandas do último ano como regentes de turma;

c) melhoria do nível salarial do magistério, a fim de evitar a evasão e como meio de interessar os que, embora diplomados, não estão exercendo a profissão.

3.4 - Formalização do Plano

3.4.1 - Medidas Legais

Escolhidas as áreas de ação, para deflagrar a "Operação-Escola", quantificadas as necessidades e tomadas as medidas prelimi-

nares, deverão ser expedidos os decretos e regulamentos da educação primária compulsória por parte dos Estados, de acôrdo com os termos da Lei.

Na época própria de matrícula (novembro ou dezembro)dever-se-á expedir o Edital de Chamada de População Escolar, de acôrdo com o Artigo 29 da Lei de Diretrizes e Bases. O Edital, além da chamada, deverá fazer referência às sanções legais cabíveis - inclusive as do Artigo 246 do Código Penal Brasileiro - aos pais que deixarem, sem justa razão, de prover a instrução do filho em idade escolar,e, ainda, às isenções previstas na Lei de Diretrizes e Bases.

A seguir, organizar-se-á a expedição, pelos Estados e Municípios, de Atestados de Isenção, conforme a Lei prevê.

3.4.2 - A Comprovação: O Censo Escolar

O Artigo 28 da LDB diz que "a administração do ensino nos Estados, Distrito Federal e Territórios promoverá o levantamento anual do registro das crianças em idade escolar".

O Censo Escolar deve ser realizado no início do 2º trimestre, para que ainda no decorrer do 3º trimestre, já de posse da análise, a administração possa se beneficiar dos seus resultados.

Sendo, como diz a lei, uma tarefa da administração do ensino, o Censo deve ser organizado pela Secretaria de Educação e executado pelo magistério. Admite-se, se necessário, a participação de escoteiros e estudantes de nível colegial e universitário.

O Censo poderá ser realizado sem verbas especiais, com despesas muito pequenas e deve ser entendido como uma tarefa de comunidade e de interesse geral.

Os modelos das fichas de coleta de dados e da fôlha-resumo, o texto do manual do recenseador, a organização da caderneta do recenseador, contendo o "croquis" do setor que êle vai recensear, o estudo da área com a sua divisão em setores, são tarefas da Secretaria de Educação.

A execução do Censo permitirá o diagnóstico da situação escolar no Estado, bem como a identificação dos domicílios e dos casos individuais, cuja análise constituirá um nôvo campo de trabalho.

O Censo Escolar dá à administração do ensino o instrumento válido para localizar novas unidades escolares, de acordo com a densidade de população infantil e a possibilidade de localizar as crianças que, estando dentro da faixa da obrigatoriedade escolar, permanecem fora da escola.

Com fundamento no Censo Escolar deverá ser instituída a Fiscalização da Obrigatoriedade Escolar, por agentes estaduais ou municipais, novo tipo de autoridade pública a serviço da educação de todos, que, devidamente preparada, ajudará a sociedade a escolarizar os seus menores.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS

OPERAÇÃO-ESCOLA

Subsídios para uma Reformulação do Ensino Primário Brasileiro

Grupo de Trabalho:

Lúcia Marques Pinheiro

Nise Pires

Norma Cunha Osório

Setembro de 1968

MEC - INEP

RECEBIDO
1968
SÃO PAULO

OPERAÇÃO-ESCOLA

META GERAL - Elevação do nível de atendimento do ensino primário brasileiro, com a expansão quantitativa dos sistemas escolares e o aumento de produtividade do ensino primário.

I. Aplicação do conceito de produtividade à educação

A produtividade em educação permite que esta se torne fator ponderável para o desenvolvimento econômico e social do país, proporcionando aos educandos uma formação desejável, tendo em vista os objetivos sociais, políticos e econômicos nacionais.

A formação adequada, que vá sendo oferecida aos indivíduos, permitirá que eles tenham melhores condições de satisfazer suas necessidades e aspirações pessoais, colocados num nível mais alto.

O aumento da produtividade em educação se traduz por um fluxo mais rápido das crianças escolarizadas, a par da formação, pela escola, de produtos de melhor nível de qualidade, em termos dos objetivos amplos da educação e mais adequados às necessidades sociais e econômicas.

II. Produtividade atual do ensino primário brasileiro

O nosso ensino primário apresenta condições baixíssimas de produtividade. Assim: cerca de 1/3 das crianças em idade escolar não frequenta a escola; o índice de evasão é de, no mínimo, 34%; cerca de 50% dos alunos de nível primário estão na 1ª. série escolar; o custo do aluno aprovado corresponde a duas vezes e meia, em média, o custo do aluno-ano.

III. Causas da baixa produtividade do ensino primário

Tais causas são múltiplas e complexas e, entre elas, destacamos:

- os currículos e programas de curso primário são extensos, mal dosados, não levando em conta as condições da criança e a carga horária disponível

- os sistemas de promoção exigem padrões demasiado elevados

. os professores, de um modo geral, não têm preparo conveniente

. o curso primário é de duração insuficiente na maioria dos Estados

. a carga horária é absolutamente insatisfatória

IV. Soluções propostas

A - Considerações preliminares

Vivemos numa sociedade democrática e um dos princípios básicos desse regime é o da igualdade de oportunidades para todos, de forma que cada indivíduo tenha a possibilidade de se desenvolver ao máximo, dentro de suas capacidades.

Sendo os indivíduos diferentes uns dos outros, não é possível fixar uma quota de conhecimentos a serem dominados indistintamente pelos alunos, sem levar em conta as variações de inteligência, aptidão, interesses, necessidades.

Assim, a primeira condição de um sistema democrático de ensino é ser flexível, principalmente em relação a programas e métodos.

Nossos programas são geralmente únicos, por série escolar, em cada Unidade da Federação. São, além disso, ambiciosos: pedem na 1ª. série o que países mais adiantados pedem na 2ª. série, na 4ª. o que é pedido na 6ª. e assim por diante (1), devendo ser lembrado o fato de que a nossa carga horária é inferior à daqueles países.

Assim, a maioria dos sistemas escolares brasileiros ainda se limita a 4 anos e, devido à nossa pequena carga horária, esses 4 anos de estudo, numa escola de 4 horas diárias de aula e 22 semanais, correspondem a:

3,1 anos nos Estados Unidos

2,8 anos na França

2,6 anos na Inglaterra

2,8 anos na URSS

2,7 anos na Suécia

2,4 anos na Suíça

Quatro anos numa escola primária de 3 horas diárias de aula e 17 semanais correspondem a:

(1) V. "Serão adequados os programas brasileiros de curso primário?" trabalho apresentado pelo INEP na III Conferência Nacional de Educação.

2,5 anos nos Estados Unidos
2,3 anos na França
2,1 anos na Inglaterra
2,3 anos na URSS
2,2 anos na Suécia
1,9 anos na Suíça

As provas não medem o essencial e são demasiado exigentes, detendo-se em minúcias inúteis.

Essas condições destroem a flexibilidade da educação que é oferecida a nossos alunos, dando como resultado que a proporção entre os que cursam o 4º ano e os alunos de 1º seja, em média, de 16%, quando deveria ser de mais de 80% (100% - taxa de aumento da população escolar em 4 anos) (2). Levando em conta que apenas 16% das crianças têm inteligência abaixo da média(3), se mais do que essa percentagem é reprovada ou considerada deficiente e necessitando de recuperação, o ensino não está sendo adaptado às condições das crianças, nem atendendo às diferenças individuais.

Pelo exposto, verifica-se que é urgente e inadiável uma reformulação do ensino primário. Considerando as deficiências técnicas desse ensino, julgamos que as soluções propostas devem basear-se nas condições existentes, para elevá-las gradual e controladamente.

B - Providências desejáveis

1 - Reforma de programas no sentido de se adaptarem às condições das crianças; proposição de programas diversificados para atenderem às diferenças individuais. Estudo Experimental desses programas.

2 - Mudança das provas no sentido de que meçam o essencial e atendam ao desenvolvimento psicológico da criança em cada etapa escolar.

(2) Essa taxa foi, para o período 1962-1965, de 18%.

(3) O esperado seria que apenas esses 16% não concluíssem os 4 anos de curso primário em 4 anos, mas acontece justamente o contrário: 84% não concluem o curso em 4 anos, o que é conseguido apenas pelos 16% mais bem dotados.

3 - Abolição do regime que prevê a realização da 1ª. série em mais de um ano letivo (1), o que leva à baixa de produtividade da escola (V. quadros 1 e 2).

4 - Mudança da mentalidade do professor para que aceite as modificações, integrando-se à Operação-Escola.

5 - Incentivo ao professor, premiando-o pelo aumento da produtividade, inclusive com estímulos financeiros.

6 - Organização de turmas por idade dentro da série escolar. Adotando como primeiro critério a série e como segundo a idade, encaminhamento para um mais adequado sistema de promoção.

7 - Promoção mais flexível.

É importante a sequência em que tais medidas sejam tomadas. A mudança do sistema de promoção, por exemplo, deve ser precedida da reformulação de currículos, programas e provas e do preparo do professor, pois, do contrário, não atingirá os objetivos a que se propõe. Estudos realizados sobre os resultados obtidos em Estados que mudaram seu sistema de promoção sem aqueles cuidados prévios revelaram que o tempo médio que as crianças levaram para chegar à 4ª. série foi o mesmo despendido pelos alunos de outros Estados não sujeitos à promoção flexível; não se verificou, pois, o avanço ou o fluxo mais rápido das crianças através dos níveis de ensino, que é um dos objetivos desse tipo de promoção.

As medidas propostas, que devem ser adotadas em cada Unidade da Federação, atendendo às condições que lhe são peculiares, contarão com a colaboração do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos nos seguintes aspectos:

(1) Neste regime, os alunos são promovidos, por exemplo, da 1ª. série preliminar para a "1ª. série adiantada" e não para a 2ª série. O sistema leva o professor a retardar o processo de alfabetização dos alunos.

1 - preparo de líderes para instituir a reformulação do ensino e avaliar, a cada passo, os resultados obtidos;

2 - apresentação de sugestões e auxílio prático na elaboração de currículos, programas (2) e provas e no preparo de pessoal;

3 - realização de pesquisas a curto prazo sobre os pontos críticos a serem atacados nas várias medidas a serem tomadas;

4 - apresentação de trabalhos e experiências já vividas nas escolas experimentais do INEP;

5 - estudos sobre construções escolares - localização, adequação de condições, custos.

(2) O INEP está estudando programas de 9 países dos mais desenvolvidos do mundo, com vistas a colher sugestões para oferecer aos Estados.

V. Cronograma das atividades a serem desenvolvidas até dezembro de 1969

PERÍODO	ATIVIDADE
Setembro/Outubro 1968	<ol style="list-style-type: none">1 - Preparo, pelo INEP, de uma prova-diagnóstica a ser aplicada a 10% dos alunos de 1º. ano primário da rede escolar pública das capitais dos Estados e Territórios. O objetivo da prova é diagnosticar a situação atual do ensino no 1º. ano, tendo em vista fixar a influência que os seguintes fatores estejam exercendo na aprendizagem e rendimento escolar: critérios de promoção, preparo do professor, mudança de professor durante o ano, carga horária, materiais de ensino.2 - Preparo, ainda, de um questionário destinado aos diretores e outros aos professores das escolas da amostra.
De 1º/novembro a 15/dezembro de 1968	<ol style="list-style-type: none">1 - Reunião de estudos com os Diretores dos Departamentos de Educação Primária Estaduais, com os Diretores das Divisões de Educação dos Territórios e respectivos assessores para encaminhamento da reformulação do ensino primário.2 - Aplicação, sob a responsabilidade das Secretarias de Educação estaduais e das Divisões de Educação dos Territórios, da prova-diagnóstico do INEP.3 - Remessa - pelas Secretarias de Educação estaduais e pelas Divisões de Educação dos Territórios - ao INEP do seguinte material:<ul style="list-style-type: none">- questionários, devidamente <u>comple</u>tados, dos diretores e professores das escolas da amostra.- listas de resultados, por turma da amostra, das provas-diagnóstico.- listas de resultados - por turma da amostra - das provas de promoção a que os alunos tenham sido submetidos, com a indicação da promoção ou reprovação de cada aluno.- modelo da prova de <u>promoção</u> aplicada no Estado ou Território e indicação do critério pelo qual os alunos foram <u>pro</u>movidos ou reprovados.

continua

PERÍODO	ATIVIDADE
2ª. quinzena de dezembro de 1968 janeiro de 1969	1 - Análise estatística dos resultados obtidos nos dois tipos de provas, com vistas a verificar a influência dos fatores já referidos. 2 - Interpretação desses resultados e conclusões a serem tiradas dos mesmos.
Fevereiro de 1969	Considerando as conclusões da pesquisa feita e tomando como base o estudo que está sendo realizado pelo INEP sobre os sistemas de ensino de 9 países de avançado nível educacional, apresentação de sugestões que levem a: <ul style="list-style-type: none"> . critérios mais convenientes de promoção do 1º ao 2º ano . programas mais adequados de 1º e 2º ano. . tipos de organização de turmas de 1º e 2º ano
Março de 1969 Julho de 1969	Duas reuniões anuais, de um mês cada uma, para preparar os <u>staffs</u> que irão orientar a reforma.
De março a dezembro de 1969	Assistência técnica, fornecida pelo INEP, às cidades envolvidas na Operação-Escola, para acompanhamento, adequação e avaliação do trabalho.

O cronograma das atividades a serem desenvolvidas a partir de janeiro de 1970 será estabelecido posteriormente, em função das condições de cada uma das Unidades da Federação.

A reformulação a ser empreendida em 1969 atingirá os alunos de 1º e 2º ano, dos pontos de vista de: organização de turmas, adequação de programas e de critérios de promoção e orientação ao professor. Em 1970, deverá atingir, nos mesmos aspectos, os alunos de 3º e 4º anos.

Serão considerados, ainda, outros problemas: programas para a 5ª e 6ª séries primárias; programas para uma escola integrada de 8 anos; entrosamento entre os cursos primário e médio; levantamento das atividades de trabalho que podem ser exercidas por egressos do curso primário, mediante preparo em serviço, levando-se em conta as necessidades do mercado de trabalho.

Tal reformulação, desenvolvida ano a ano, considerando a situação de cada Estado, em caráter experimental, sujeita a avaliações periódicas, permitirá que, em pouco tempo, o ensino primário eleve a sua produtividade - os alunos serão atendidos adequadamente, aumentará o fluxo, diminuirão a repetência e a evasão e a escola formará produtos mais qualificados.

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº-199 DE 24 DE SETEMBRO DE 1968

OS MINISTROS DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E CULTURA E DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Decreto nº 63.258, de 19 de setembro de 1968, que aprovou a "Operação-Escola",

R E S O L V E M:

1. Designar as professoras LÚCIA MARQUES PINHEIRO e LYRA PAIXÃO, do INEP, e MARIA TEREZINHA TOURINHO SARAIVA, do IPEA, para constituírem o Grupo de Trabalho Especial de que trata o art. 3º do supracitado decreto, com as atribuições estabelecidas no parágrafo único do mesmo artigo;
2. Estabelecer que a coordenadora do Grupo de Trabalho Especial será escolhida de comum acordo dentre seus membros;
3. Estabelecer, outrossim, que a Secretaria-Geral do Ministério da Educação e Cultura propiciará o apoio administrativo ao Grupo de Trabalho Especial ora instituído.

Tarso de Moraes Dutra
Ministro da Educação e Cultura

Hélio Beltrão
Ministro do Planejamento
e Coordenação Geral

MEC - INEP

PREROGATIVAS DE ASSINATURA DO MINISTRO DA EDUCAÇÃO
Conde Ruybal de ...
SÃO PAULO

PATE/14/69

DECRETO Nº 63.281 - DE 25 DE SETEMBRO DE 1968

Dispõe sobre o planejamento dos recursos humanos para o desenvolvimento.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 83, item II, da Constituição.

Considerando a importância para a aceleração do desenvolvimento objetivada no Programa Estratégico, de uma política nacional de recursos humanos.

Considerando que essa política exigirá a integração dos programas setoriais de recursos humanos, envolvendo diretamente a política da educação e a política de trabalho e mão-de-obra, a serem a dequadamente coordenadas e compatibilizadas, decreta:

Artigo 1º - Fica o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral autorizado a promover a criação, no Instituto de Pesquisa Econômico-Social Aplicada - IPEA, do Centro Nacional de Recursos Humanos (CNRH) com os seguintes principais objetivos:

I - Colaborar na definição da política e na formulação da estratégia necessária para o planejamento dos recursos humanos, em função do planejamento geral do desenvolvimento econômico e social;

II - Coordenar, orientar e realizar estudos e pesquisas sobre recursos humanos, em âmbito nacional, setorial ou regional;

III - Elaborar, em escala nacional, um plano de prioridades de assistência técnica, relativo à educação e à mão-de-obra, coordenando dita assistência, seja de origem externa ou interna, em articulação com os órgãos competentes dos Ministérios das Relações Exteriores, Educação e Planejamento e Coordenação Geral;

IV - Prover assistência técnica a organismos federais regionais e estaduais, em matéria de planificação de recursos humanos;

V - Manter permanente contato com as Secretarias Gerais dos Ministérios, de modo a conhecer de maneira sistemática, os progressos logrados na realização dos planos que dizem respeito, de maneira direta aos recursos humanos;

VI - Exercer atividades no treinamento de pessoal para o planejamento e pesquisa de recursos humanos e dirigir cursos, conferências e seminários para o treinamento de pessoal na planificação de recursos humanos;

MEC - INEP

VII - Estabelecer, em articulação com o IBGE, e demais órgãos interessados, um sistema de estatísticas sobre recursos humanos.

Artigo 2º - O CNRH contará com um Conselho Técnico, de caráter consultivo, que incluirá na sua constituição inicial o Superintendente do IPEA, o Secretário Executivo do CNRH e representantes dos Ministérios da Educação e Cultura, Trabalho e Previdência Social, Indústria e do Comércio, Agricultura, Saúde, Interior e Relações Exteriores, assim como de órgãos de pesquisa na área de recursos humanos.

Parágrafo Único - Poderá o Conselho Técnico solicitar a colaboração de técnicos e outras entidades públicas e privadas, tendo em vista a natureza do assunto em exame.

Artigo 3º - O CNRH utilizará a infra-estrutura administrativa do IPEA, assim como o corpo técnico que já vem operando na área de recursos humanos.

Artigo 4º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 25 de setembro de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA
José de Magalhães Pinto
Ivo Arzua Pereira
Tarso Dutra
Jarbas G. Passarinho
Leonel Miranda
Edmundo de Macedo Soares
Hélio Beltrão
Afonso A. Lima

....ooo....